

**2º Seminário de formação**  
**« Medidas para reforçar os laços entre as transferências de fundos e o desenvolvimento »**  
**Praia 18-20 de Abril de 2012**

**Nota conceptual**

**1) Contexto do seminário**

No âmbito do projecto de «*Apoio às Administrações Públicas africanas responsáveis pelas iniciativas sobre a Migração e o Desenvolvimento, na rota migratória da Africa do Oeste*», o seminário «**Medidas para reforçar os laços entre as transferências de fundos e o desenvolvimento**» representa a segunda actividade da fase de formação do projecto dedicado ao reforço das capacidades das instituições públicas alvo<sup>1</sup>.

Este segundo seminário regional abordará a terceira das quatro componentes (o apoio aos mecanismos destinados a promover os efeitos económicos e sociais da migração sobre o desenvolvimento) identificadas como prioritárias para o projecto de apoio ao Plano de Acção de Rabat que contribui para fazer da migração um instrumento de **desenvolvimento**<sup>2</sup>.

Tendo em conta a complexidade do assunto e as competências dos participantes ao seminário, decidiu-se tratar em prioridade as medidas que pudessem ser implementadas pelas administrações responsáveis dos laços com a diáspora a fim **favorecer a mobilização dos recursos dos migrantes para os investimentos e as actividades produtivas e sociais**.

Na óptica da mobilização activa das instituições parceiras do projecto, este seminário será organizado em colaboração com o **Instituto das Comunidades de Cabo-Verde**, e terá lugar na **Praia**.

**2) Tema do seminário e « Medidas para reforçar os laços entre as transferências de fundos e o desenvolvimento »**

No relatório «Optimização do fenómeno migratório para a Africa – Envio de fundos, competências e investimentos» (2011), o Banco mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento notam que as **transferências de fundos dos migrantes** constituem «**a ligação central e a mais tangível entre a migração e o desenvolvimento**» tanto ao nível **macroeconómico**, na medida em que são uma fonte importante e estável de financiamento externo dos países africanos, ao melhorar a sua solvabilidade e o seu acesso ao capital, como ao nível **microeconómico**, visto que elas estão associadas a uma redução da pobreza, a um aumento dos recursos das famílias consagrados aos investimentos, e a uma melhoria dos resultados nos domínios da saúde e educação, e desempenham também o papel de seguros para as famílias que enfrentam a diminuição dos rendimentos e dos meios de subsistência (Ex.: fome, seca, crise económica mundial).

---

<sup>1</sup> O Instituto das Comunidades (IC) cabo-verdiano ; o Ministério do Plano e do Desenvolvimento Ivoireense ; o Ministério encarregado da Comunidade dos Marroquinos residentes no Estrangeiro ; o Ministério dos Negócios Estrangeiros senegalês e o Ministério dos Senegaleses do Exterior.

<sup>2</sup> 1) o desenvolvimento dos sistemas de formação ligados ao emprego, nomeadamente para a migração de retorno e a migração circular ; 2) a promoção da protecção social e a criação de redes de apoio ;3) o apoio aos mecanismos destinados a promover os efeitos económicos e sociais da migração sobre o desenvolvimento; 4) a promoção dos laços entre a diáspora e os seus países de origem.

As estimativas de remessas de fundos, baseadas nos dados oficiais provavelmente inferiores aos volumes das transferências, indicam que as remessas de fundos em África **têm aumentado nos últimos anos e representam em muitos países do continente uma percentagem considerável do PIB**<sup>3</sup>. Os dados referentes aos quatro países integrantes do projecto MeDAO parecem confirma esta tendência<sup>4</sup>.

Contudo, muitos obstáculos devem ser ultrapassados para que as transferências de fundos tenham um impacto consequente e sustentável no desenvolvimento dos países de origem.

Ao nível da **canalização dos envios de fundos**, é preciso notar que apesar da diminuição global do custo das transferências desde 2008<sup>5</sup>, elas permanecem contudo elevadas em África<sup>6</sup>. *A falta de concorrência efectiva*<sup>7</sup> e *a inadequação da infraestrutura financeira e regulamentar* contribuem para a manutenção dos custos<sup>8</sup> das transferências de fundos e para a predominância dos canais informais (particularmente para os envios de fundos intra-africanos). É particularmente o que acontece nas zonas rurais, que apesar de serem destinatárias de uma parte importante dos envios de fundos<sup>9</sup>, não dispõem de fileiras apropriadas para o pagamento.

No que se refere à **utilização das transferências de fundos**, destinam-se em primeiro lugar a satisfazer as **necessidades quotidianas das famílias**, seguidamente para as **despesas de saúde e educação** e por último aos **investimentos imobiliários, às actividades individuais produtivas** (a criação de empresas, a melhoria das propriedades agrícolas e a compra de equipamentos agrícolas, etc.) **e aos projectos de utilidade social**, incluindo aquelas de carácter produtivo (construção de infraestruturas, de espaços comuns, criação de PME, etc.)<sup>10</sup>.

---

<sup>3</sup> O afluxo dos envios de fundos em África quadruplicou entre 1990 e 2010, para atingirem cerca de 40 biliões de dólares em 2010, ou seja o equivalente a 2,6% do produto interno bruto (PIB) da África em 2009. Estima-se que os fluxos de envios de fundos oficialmente registados para a África atingiram 40 biliões em 2010 (repartidos quase igualmente entre a África do Norte e a África sub-Sahariana), ou seja quase o dobro do montante recebido em 2005 e mais do quádruplo dos 9,1 biliões de dólares recebidos em 1990. (Relatório BM e BAD 2011).

<sup>4</sup> -**Cabo-Verde** : as transferências de fundos para o país eram de 109 milhões de dólares em 2003 e de 144 milhões de dólares em 2010. As transferências de fundos representavam 9,4% do PIB em 2010.

-**Côte d'Ivoire**: as transferências de fundos enviados ao país foram de 142 milhões de dólares em 2003 e de 177 milhões de dólares em 2010.

-**Marrocos**: as transferências de fundos para o país foram de 3614 milhões de dólares em 2003 e de 6447 milhões de dólares em 2010. As transferências representavam 6,4% do PIB em 2009.

-**Senegal**: as transferências de fundos para o país foram de 511 milhões de dólares em 2003 e de 1164 milhões de dólares em 2010. As transferências de fundos representavam 9,3% do PIB em 2010.

(BM – Caderno de estatísticas 2011 sobre as migrações e as transferências de fundos, 2ª edição)

<sup>5</sup> 8,8% em 2008, 7,3% no terceiro trimestre de 2011. « Migração e Desenvolvimento Brief 17 » (1 de Dezembro de 2011). Banco Mundial

<sup>6</sup> O custo das transferências de fundos para a África subsahariana equivale a quase 12% de uma transação de 200 dólares, mas esse custo é inferior a 8% para a maioria das outras regiões em desenvolvimento. (Relatório BM e BAD 2011)

<sup>7</sup> A Western Union e a Money Gram controlam quase 65 % dos pontos de pagamento onde os envios de fundos são levantados. A maioria dos países africanos colocam restrições no que se refere ao tipo de instituições habilitadas a fornecer serviços de envio de fundos e penalizam as instituições de micro-finanças que estão mais presentes do que os bancos, no território nacional.

<sup>8</sup> Cerca de 70 % dos bancos centrais da África sub-sahariana citaram os custos elevados como sendo o principal factor que limita a utilização dos circuitos formais de envio de fundos.

<sup>9</sup> Taxa de pagamento no meio rural : **Cabo-Verde 48%, Côte d'Ivoire 38%, Senegal 46% e Marrocos 35%** (FIDA – trabalhadores migrantes e transferência de fundos para a África 2011)

<sup>10</sup> «As transferências de fundos dos migrantes, um desafio de desenvolvimento » (BAD 2009)

Neste contexto, o seminário tratará em primeiro lugar das grandes questões ligadas às remessas e à utilização dos fundos, assim como dos desafios e das oportunidades para o desenvolvimento em África (nomeadamente do Norte e do Oeste). Durante este **primeiro dia**, dar-se-á uma atenção especial à questão das mulheres migrantes, à bancarização dos migrantes e das suas famílias e à gestão das transferências de fundos.

O **segundo e o terceiro dias** serão dedicados ao reforço ou ao desenvolvimento de estratégias de mobilização das transferências de fundos dos migrantes para os investimentos, as actividades produtivas e sociais.

A maioria dos países associados ao projecto já implementam essas estratégias. Este seminário pretende proporcionar aos participantes um fórum de intercâmbio de experiências que permitam analisar com a ajuda de peritos os pontos fracos e formular recomendações, tendo em conta que uma estratégia completa deve incluir os seguintes elementos :

- a) **A gestão das transferências de fundos : 1) A identificação dos sectores-chave para os investimentos** (imobiliários e financeiros) e a criação de PME em colaboração com os Ministérios da Economia e das Finanças, assim como as necessidades em termos de infraestruturas, estruturas e serviços das comunidades locais com as autoridades locais e associações locais da diáspora ; **2) A identificação e a construção de alianças/parcerias** entre as pessoas privadas e a diáspora (empresas locais, instituições de crédito e financeiras locais, comunidades e autoridades locais, associações da diáspora). Adopção de acordos entre estes actores e definição de estratégias conjuntas e dos planos de acção.
- b) **A adopção de medidas de facilitação da criação de actividades, de empresas e de projectos de utilidade social** : vantagens fiscais e não fiscais, iniciativas de apoio financeiro e de cofinanciamento, vantagens para os investimentos e o empreendedorismo feminino, facilidades que permitam aos emigrantes importar máquinas e equipamentos com taxas alfandegárias preferenciais, mecanismos de micro-finanças, actividades de ligação com as empresas locais, apoio ex-post e garantia de viabilidade às infraestruturas e aos serviços criados pelos migrantes.
- c) **A adopção de medidas de informação para os migrantes, as suas famílias e as associações da diáspora** : seminários de promoção dos investimentos, de criação de empresas, de projectos sociais, guias e balcão único para os migrantes que queiram investir. Nos países de origem, as actividades de informação devem desenvolver-se nas agências públicas e privadas dedicadas aos investimentos e à empresa, nas delegações locais dos bancos comerciais, nas instituições de crédito e financeiras, nos escritórios de instituições e associações locais, via internet, radio, tv e cartazes. Nos países de residência, estas actividades devem ser realizadas pelas embaixadas, consulados, sedes de associações da diáspora, escolas religiosas, as instituições de crédito e financeiras e via internet.
- d) **A adopção de medidas de formação para os migrantes, as suas famílias e as associações da diáspora** : conselho e formação aos serviços bancários, financeiros e de co-desenvolvimento, apoio directo aos migrantes ou às famílias dos migrantes que queiram criar a sua própria empresa, nomeadamente na preparação dos planos de empresa e nos estudos de viabilidade. Conselhos e formação podem ser dispensados não só por organismos públicos mas também por ONG ou outros (nomeadamente nas zonas rurais ou no país de residência).

### 3) Metodologia

Tendo em vista a complexidade do assunto, as competências dos funcionários alvo da formação e os objectivos que poderão ser atingidos neste seminário de formação de três dias, o encontro adoptará uma abordagem baseada em *módulos informativos* e *módulos formativos*.

Os **módulos informativos**, constituídos por *apresentações teóricas* e um *debate geral*, servirão para a introdução nas grandes questões ligadas às remessas e à utilização dos fundos, bem como nos desafios e nas oportunidades para o desenvolvimento em África (nomeadamente do Norte e do Oeste).

Os **módulos formativos**, constituídos por *introduções ao assunto*, a *apresentação das experiências em curso em cada país* e por *exercícios*, servirão para a análise das etapas a seguir e das medidas a adoptar para a definição (ou melhoria) das estratégias de orientação das transferências de fundos para investimentos, actividades produtivas e sociais.

### 4) Objectivo do seminário

Este seminário de formação tem por objectivo melhorar o **conhecimento** dos funcionários responsáveis pelas relações com a diáspora, sobre as transferências de fundos e o desenvolvimento, mas também sobre os desafios e as oportunidades ligadas às remessas de fundos, nomeadamente no que se refere à bancarização dos migrantes e das suas famílias e a gestão das transferências de fundos. Destina-se também a reforçar as capacidades destes funcionários com vista a adoptar e a implementar estratégias e programas com vista a melhor orientar esses fundos para os investimentos e as actividades comerciais e produtivas (tanto individuais como colectivas).

Particularmente, as medidas para atrair a poupança dos cidadãos residentes no estrangeiro e canalizá-la para actividades económicas e sociais, constituem o objectivo específico do seminário. Isto, para favorecer a adopção de medidas concretas a fim de ajudar os migrantes investidores e melhorar a capacidade de «recepção» do país de origem.

Ao nível operacional, o seminário pretende favorecer a coordenação e as cooperações interinstitucionais (ver grupo-alvo), a **troca de informações e as experiências Sul-Sul**, bem como a difusão de boas práticas em matéria de valorização da contribuição sócio-económica da diáspora **a fim de as replicar noutros países**.

### 5) Resultados esperados

Os resultados esperados são :

- 1) Garantir uma consciência melhorada do grupo-alvo sobre os desafios e as oportunidades para o desenvolvimento ligadas às remessas de fundos e à sua utilização;
- 2) Reforçar as capacidades do grupo-alvo com o objectivo de orientar as transferências de fundos para os investimentos, as actividades produtivas e os projectos de interesse colectivo;
- 3) Trocar informações e experiências ao nível Sul-Sul.

## 6) Grupo-alvo

**Funcionários e quadros de nível intermédio** dos Ministérios / Institutos parceiros do projecto (4 por país) e funcionários e quadros de nível intermédio dos Ministérios / Agências para a economia, a finança e a micro-finança (3 por país).